



GRUPO DE TRABALHO

---

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA, PROPRIEDADE E O  
DESAFIO DAS EXPORTAÇÕES PARA  
EMPREENDIMENTOS DE BASE COMUNITÁRIA NAS  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO  
SUSTENTÁVEL**

---



## PESQUISA CADEIAS INCLUSIVAS DE VALOR

O grupo de trabalho Indicação Geográfica, Propriedade e o Desafio das Exportações para Empreendimentos de Base Comunitária nas Unidades de Conservação de uso sustentável foi um evento realizado no estado do Rio de Janeiro e compõe a série de cinco *workshops* do projeto de pesquisa Cadeias Inclusivas de Valor realizado em parceria com as Universidades de ESSEX - UK, Fundação Getúlio Vargas - SP e com apoio do Programa Newton Fund (Academia Britânica).

Este projeto tem por objetivo analisar os modelos de engajamento dos empreendimentos de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável em cadeias produção globais. Nos *workshops* estiveram presentes representantes de empreendimentos de base comunitária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, Reserva Extrativista do Médio Juruá e Arquipélago do Bailique no Amapá, além das empresas e financiadores das cadeias da sociobiodiversidade: ASPROC, FAS, CODAEMJ, ISA, Natura, Wickbold, Osklen, Mãe Terra, Fundo Amazônia, Arquiteto e empreendedor social Marcelo Rosenbaum/Instituto a Gente Transforma, Imaflores e professores de instituições do Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas.



# Pesquisa Cadeias Inclusivas de Valor

## Coordenação da pesquisa

Silvia Marina Pinheiro

Diane Holt

## Realização do Briefing

Silvia Marina Pinheiro

Diogo Viana Grion Velasco

Isabella Estabile

## Grupo de Trabalho Indicação Geográfica, Propriedade e o Desafio das Exportações para Empreendimentos de Base Comunitária nas Unidades de Conservação de uso sustentável

## Convidados

Antonio Adevaldo

Alexandre Vasconcellos

Daniel Oliveira

Diane Holt

Diogo Viana Grion Velasco

Edervan Vieira

Eude Monteiro Santiago

Isabella Estabile

Luiza Lessa

Maíra Borges

Marina Grossi

Paulo Adelino de Medeiros

Quilvilene Figueiredo

Raimundo Nonato

Renato Rodrigues

Sebastião Feitosa

Silvana Macedo

Silvia Marina Pinheiro

Tiago Jacauna

Wildnei Maia Mourão

# SUMÁRIO



Introdução

5



O Território  
Médio Juruá:  
Contexto Local

6



Programa  
Território Médio  
Juruá

7



Geração de  
Renda com  
Sustentabilidade  
no Médio Juruá

10



Cadeia da  
sociobio-  
diversidade:  
Óleos Vegetais

14



Gestão dos  
Territórios  
Indígenas: Médio  
Juruá

17



Indicação  
geográfica e  
Conhecimento  
tradicional

20



The Global  
South and  
(hybrid) Social  
Enterprises

23



Discussões e  
Apresentações  
dos três grupos  
temáticos

26



Considerações  
Finais

31

---

## INTRODUÇÃO

---

O objetivo deste evento foi conectar e reunir profissionais, acadêmicos e pesquisadores de diversas áreas – tais como Direito, Relações Internacionais, Administração de Empresas, Biologia e Geografia – com lideranças e entidades representativas da coletividade do território do Médio Juruá e representantes de duas das organizações que atuam na região – a SITAWI e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) –, de modo a formar um grupo de trabalho (GT) sobre Indicação Geográfica, Propriedade e o Desafio das Exportações para Empreendimentos de Base Comunitária nas Unidades de Conservação de uso sustentável. No total, dezenove pessoas integraram este GT.

O evento foi realizado por meio de uma dinâmica de imersão dos participantes em uma casa na região de Santo Antônio da Serra, nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2019, para incentivar a melhor socialização entre os membros do GT e a fluidez do debate sobre temas relevantes para a pesquisa “Cadeias Inclusivas de Valor”, realizado em parceria com as Universidades de Essex (UK) e Fundação Getúlio Vargas (SP), com apoio do Programa Newton Fund (Academia Britânica).

O primeiro dia de evento foi dedicado para o convívio dos participantes e para a introdução da dinâmica proposta para o trabalho do GT durante os três dias. No segundo dia, os trabalhos foram iniciados pela manhã, a partir de um ciclo de palestras, sobre (i) o Território do Médio Juruá: contexto local (Antônio Adevaldo e Silvana Macedo); (ii) Cadeias de produção: ASPROC e desafio das exportações do pirarucu de manejo (Antonio Adevaldo e Eudi Monteiro); (iii) Cadeias de produção: CODAEMJ e a produção de sementes (Sebastião Feitosa e Edervan Vieira); (iv) Territórios Indígenas e o Manejo Sustentável (Renato Rodrigues), seguido de um debate.

À tarde, os participantes retornaram aos trabalhos, para uma palestra sobre Indicação Geográfica como uma possibilidade para o reconhecimento e a valorização de produtos oriundos de conhecimento tradicional, realizada pelo professor da academia do INPI, Alexandre Vasconcellos. Em seguida, os integrantes do GT se dividiram em subgrupos para discussão sobre três grandes temas e foram incentivados a contribuir com subtemas. No final do dia, todos os participantes se reuniram para uma mesa-redonda de discussão.

No último dia, foi realizada palestra da professora e pesquisadora da Universidade de Essex, Diane Holt, sobre o Sul Global e as Empresas Sociais (híbridas) e, logo após sua exposição, os subgrupos se reuniram, novamente, para organizar os sub-temas debatidos, que seriam apresentados no debate final. O debate final ocorreu em sequência e contou com as conclusões de todos os participantes, contando, ainda, com a participação da presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi.

Diante do exposto, este relatório pretende apresentar um panorama geral das palestras realizadas durante os três dias de evento, destacar os principais pontos discutidos e apresentados pelos subgrupos temáticos, além de, nas considerações finais, ressaltar os tópicos mais abordados ao longo do evento.

## O TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ: CONTEXTO LOCAL

Antonio Adevaldo – ASPROC

Iniciando o ciclo de palestras sobre o Território Médio Juruá, o Sr. Antonio Adevaldo fez uma contextualização sobre as origens do local, as primeiras instituições atuantes na região, a formalização das primeiras entidades coletivas representativas dos comunitários e a proteção formal do território em Unidades de Conservação. Conforme exposto em sua apresentação, na década de 1980, a região do Médio Juruá era dominada pelos chamados “patrões”, que eram autoridades locais que se intitulavam donas das terras, dominando e explorando os ribeirinhos.

Esse período também foi marcado por uma forte intervenção de instituições, especialmente da igreja católica, do Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>1</sup> e do Sindicato Rural, os quais desenvolveram trabalhos voltados para a educação. Neste tocante, o Sr. Adevaldo destacou o trabalho do MEB em capacitar<sup>2</sup> os comunitários para que eles pudessem ter consciência do processo de exploração que estavam sofrendo. Também foi evidenciado o papel da igreja católica no processo de conscientização para a preservação dos recursos naturais no período após o encerramento do ciclo da borracha na região, quando ocorreu uma superexploração dos recursos naturais no Médio Juruá, tais como a sobrepesca<sup>3</sup> e exploração, além dos limites legais, de madeira.

Nesse contexto, a região do Médio Juruá começou a se organizar e, como parte desse movimento, foi criado um Sindicato, que foi a primeira organização política na região. Em 1991, os comunitários se articularam, a partir das ações de educação que foram desenvolvidas, em oposição a exploração dos patrões, tendo sido criada a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), primeira organização de base local criada pela própria população ribeirinha. A ASPROC nasceu como um modelo de comercialização que não precisasse estar subjugado aos patrões, proporcionando um maior acesso da população à produtos e serviços e aumentando o poder de compra dos ribeirinhos. Posteriormente foram criadas outras associações locais, como, por exemplo, a criação da associação das mulheres (ASMANJ).

Por fim, o Sr. Antonio Adevaldo relatou que, com uma maior organização da região e articulação dos comunitários, não mais dependentes dos patrões, foi possível criar, em 1997, a Reserva Extrativista (RESEX) do Médio Juruá, e, posteriormente, a RDS Uacari, em 2005.

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o MEB, acesse: <http://www.meb.org.br/quem-somos/>

<sup>2</sup> Segundo o Sr. Adevaldo, destacam-se os métodos utilizando metodologias do Paulo Freire.

<sup>3</sup> Com relação à sobrepesca, o Sr. Adevaldo usou como exemplo de situações que frequentemente ocorriam, o descarte de peixes Jaraqui (mesmo quando as embarcações já estavam lotadas deste tipo de peixe) quando era avistado pelos comunitários um cardume de peixe Tambaqui, pois, nesse caso, estes eram preferidos em detrimento daqueles, justamente porque eram mais valorizados pelo mercado e, portanto, vendidos por um preço mais alto. Para saber mais sobre a sobrepesca na região do Médio Juruá, foi recomendada a leitura do livro intitulado “Juruá o Rio que chora”, do padre João Derik.

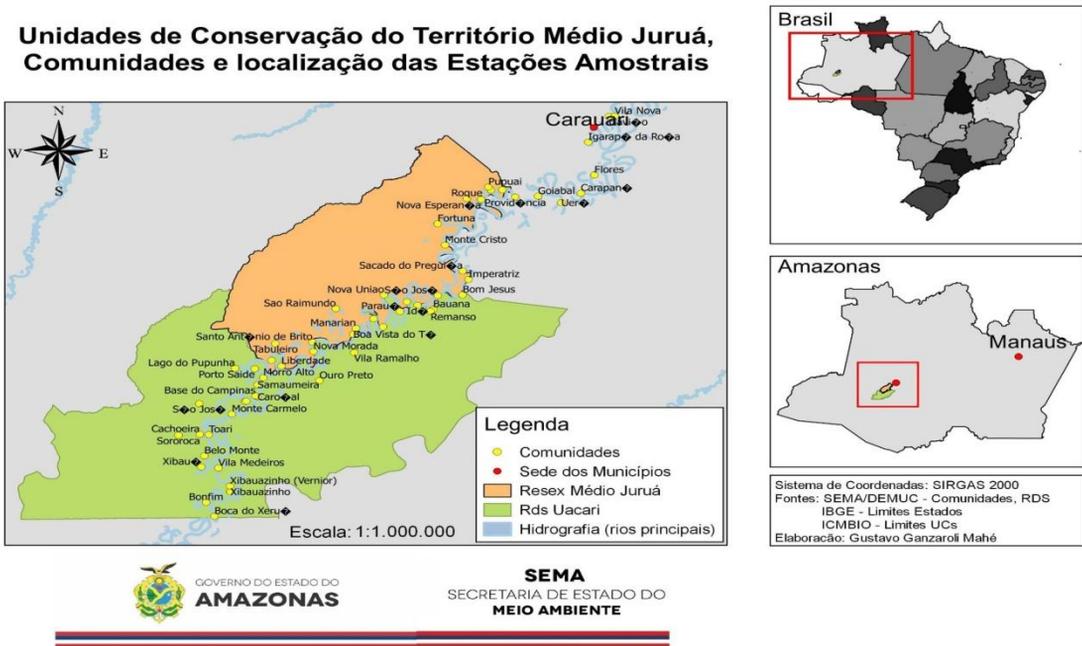
# O TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ: PROGRAMA TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ

Silvana Macedo – Sitawi

A Sra. Silvana, representante da SITAWI, iniciou sua fala destacando, e elogiando, a governança local dos comunitários como o principal elemento que torna possível o desenvolvimento social e ambiental da região. Em seguida, apresenta a localização geográfica do Território Médio Juruá (TMJ), o qual engloba três municípios: Carauari, Itamarati e Juruá. No entanto, apenas a região do município de Carauari é considerado no âmbito deste evento, bem como, de modo geral, no âmbito da pesquisa sobre “Cadeias Inclusivas de Valor”. Assim sendo, quando nos referirmos ao TMJ, estamos nos referindo apenas ao município de Carauari.

O município de Carauari é localizado na região do extremo oeste do estado do Amazonas, sendo formado por cerca de 57 comunidades<sup>4</sup>, dentro do qual se encontram duas Unidades de Conservação na região, a Resex Médio Juruá (Unidade de Conservação Federal) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, (Unidade de Conservação estadual)<sup>5</sup>. Pela figura 1 é possível observar a área.

Figura 1: Localização da Resex e da RDS Uacari no Médio Juruá



Fonte: Governo do estado do Amazonas, 2019

<sup>4</sup> Segundo a palestrante, considerando os 3 municípios são cerca de 64 comunidades ao longo do rio Juruá na região do Médio Juruá.

<sup>5</sup> Segundo a palestrante, somadas as áreas das duas Unidades de Conservação, ambas representam aproximadamente 70% do TMJ, o que aponta que a conservação é uma questão de grande importância na região.

## O TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ: PROGRAMA TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ

Silvana Macedo – Sitawi

Com relação à organização local, a Sra. Silvana relatou que, em 2004, foi criado, por um grupo de empresas, organizações globais, organizações locais e alguns órgãos do governo<sup>6</sup>, o Fórum TMJ, que visa a implementar um plano de desenvolvimento para a região. Empresas como Natura e Coca Cola participam desse fórum, sendo que, atualmente, a Natura é a empresa mais atuante. Além disso, participam organizações locais como a ASPROC, organizações que têm interesse em trabalhar na região como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e órgãos do governo, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é o gestor da Resex, e o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DMUC), que é o gestor da RDS.

O Fórum TMJ é um encontro que acontece pelos menos três vezes por ano e geralmente ocorre cidade de Carauari. As demandas levadas para discussão no fórum são provenientes (i) das reuniões setoriais – que ocorrem entre o DEMUC, ICMBio e as lideranças das comunidades, objetivando solucionar os problemas locais dos 5 pólos de atuação em que os comunitários se dividem –; (ii) dos conselhos deliberativos da Resex e da RDS – conselheiros discutem demandas específicas da região das unidades de conservação com participação do DMUC e ICMBio –; (iii) das assembleias<sup>7</sup> – os representantes das organizações locais debatem demandas relacionadas aquela organização. Quando essas demandas são incorporadas, isto ocorre por meio de articulações e de projetos.

No que se refere ao Programa Território Médio Juruá (PMJ)<sup>8</sup>, a Sra. Silvana destaca que este é um exemplo de materialização das articulações e dos projetos elaborados no Fórum TMJ. O PMJ, cuja duração prevista é de três anos (2018-2020), é financiado pela USAID<sup>9</sup>, Natura e Coca-Cola e possui como meta implementar um Plano de Desenvolvimento Territorial para a região, de modo a aumentar o impacto de iniciativas de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento nas esferas social, ambiental e econômica.

<sup>6</sup> A atuação da prefeitura no Fórum TMJ poderia ser mais presente e mais forte, hoje há um trabalho para fortalecer essa parceria.

<sup>7</sup> O DMUC e o ICMBio apresentam as demandas das reuniões setoriais e dos conselhos deliberativos das reservas, as Associações apresentam as demandas dos associados e as empresas apresentam um pouco do interesse em apoiar essas demandas e o desenvolvimento das cadeias produtivas também.

<sup>8</sup> Conforme explicado pela palestrante, o PMJ começou a ser construído em 2014 pela SITAWI, que foi convidada pela Natura e Coca Cola para apresentar uma proposta para a USAID. A aprovação do PMJ ocorreu no final de 2017, pela USAID, e as propostas que pautaram o programa começaram a ser articuladas e construídas ainda no mesmo ano. A USAID é a principal financiadora do PMJ, com o aporte de 7,5 milhões de reais, e os demais 7,5 milhões de reais do orçamento total do projeto, que é de 15 milhões de reais, são divididos entre a Natura e Coca Cola.

<sup>9</sup> A USAID é uma agência de cooperação do governo dos Estados Unidos da América, que atua há cerca de 30 anos no Brasil com projetos que tem como um dos grandes objetivos a conservação da biodiversidade com foco especial na Amazônia. A USAID utiliza recursos públicos do governo americano e presta contas ao senado dos EUA.

## O TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ: PROGRAMA TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ

Silvana Macedo – Sitawi

Sobre a coordenação do PMJ<sup>10</sup>, esta é realizada pela SITAWI em parceria com os demais parceiros de implementação, quais sejam, a ASPROC, a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU), a FAS, a Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo (AMECSARA), a Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), o ICMBio e a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do Governo do estado do Amazonas.

No final da palestra, a Sra. Silvana dedicou-se a comentar sobre o Índice de Progresso Social (IPS)<sup>11</sup>, o qual foi utilizado no âmbito do PMJ para a realização de pesquisas, cujos resultados direcionaram a escolha das ações do programa<sup>12</sup>. Este índice se destaca pelo fato de ser pioneiro ao medir o progresso utilizando, unicamente, indicadores de resultado, e não os esforços que um país realiza para alcançá-los, diferenciando-se, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nesse contexto, o Sr. Adevaldo comentou que muitos outros projetos também são alinhados com as demandas apresentadas pelo IPS e, por isso, ele apontou para a importância de destacar que outros projetos, diferentes do PMJ, também podem influenciar no resultado dos indicadores mostrados no IPS. Desse modo, um projeto local específico que tenha sido bem sucedido em melhorar o tratamento da água e o saneamento básico, pode ser o responsável por melhorar o indicador relacionado a esse tema no IPS, e não, necessariamente, uma ação do PMJ<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> O PMJ foi construído com base em cinco eixos: conservação e desenvolvimento de cadeias produtivas, educação, energia, comunicação, monitoramento, estudos e assessoria institucional do PMJ. Os quatro primeiros eixos são executados pelas organizações locais e o último é executado pela SITAWI.

<sup>11</sup> O PMJ marcou a primeira vez em que a USAID utilizou o IPS como base para a elaboração de um projeto. A USAID atualmente incentiva outros projetos a utilizarem o IPS como base, apesar de ter indicadores próprios, que são diferentes dos que compõem o IPS. Este índice congrega indicadores sociais e ambientais em três dimensões do progresso social: necessidades humanas básicas, os fundamentos de bem-estar e as oportunidades.

<sup>12</sup> Normalmente o IPS tem aplicação a nível de estado ou de país, contudo a Natura e Coca-Cola contrataram uma empresa de consultoria para criar um IPS específico de Carauari, de modo que este índice pudesse servir de base para direcionar as necessidades prioritárias para a construção do PMJ. Para a construção desse IPS foram elaborados três níveis: o Nível Global, o Nível Amazônia, que foi dividido em Amazônia Geral e Amazônia do Município de Carauari, e o Nível das Comunidades, que foi dividido em Carauari Urbano e Carauari Ribeirinhos. Com esses níveis foi possível comparar os indicadores como, água, saneamento, segurança e educação avançada, para, então, estabelecer as prioridades que seriam trabalhadas no PMJ.

<sup>13</sup> No entanto, é importante destacar que as demandas apresentadas pelas reuniões setoriais, conselhos deliberativos e assembleias não estão necessariamente ligadas ao IPS.

# GERAÇÃO DE RENDA COM SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO JURUÁ

Antonio Adevaldo e Eude Monteiro Santiago

## Antonio Adevaldo: O Comércio Ribeirinho Solidário

Inicialmente, o Sr. Adevaldo apresentou a ASPROC, que é uma associação local do Médio Juruá, construída de forma coletiva, com a missão de organizar e representar os trabalhadores rurais na luta pela garantia de direitos, tendo sido formalmente constituída entre os anos de 1991 e 1995. Conforme exposto, o trabalho da ASPROC foi se aperfeiçoamento ao longo do tempo e, desde 2009, a associação vem adotando um planejamento estratégico para definir suas metas, de forma conjunta com os comunitários, em várias linhas de ação, tais como políticas públicas, produção e educação.

Especificamente com relação ao Comércio Ribeirinho Solidário, o Sr. Adevaldo explicou que trata-se de um dos programas de maior sucesso desenvolvidos pela ASPROC e que, em agosto de 2019, completará 10 anos de existência. O comércio na região desde sempre foi um desafio devido à logística complicada para a comercialização na área, já que da sede do município de Carauari até a última comunidade são 52 horas de viagem e de Carauari até Manaus são sete dias.

No início da ASPROC, a comercialização nas comunidades foi organizada por meio da entrega da produção dos comunitários para lideranças locais, que levavam os produtos das diversas comunidades até Carauari para vender e, com o valor das vendas, compravam os produtos que os comunitários necessitavam. Cada comunidade possuía um responsável para a realização desta tarefa e o deslocamento para Carauari ocorria por meio de embarcações da Igreja e do MEB.

Desde logo foi verificado que as lideranças locais conseguiam comprar os produtos industrializados que as comunidades precisavam por um preço menor e, ainda, vender os produtos feitos nas comunidades por um preço maior em comparação com os preços praticados na comercialização realizada pelos regatões<sup>14</sup>. A partir da constatação do sucesso desta prática, o comércio ribeirinho, então, começou a aperfeiçoar e intensificar esse método.

No período de 1995 até os anos 2000, o comércio ribeirinho acontecia por meio de viagens bimestrais, nos barcos da própria ASPROC, os quais tão somente conseguiam atender uma comunidade a cada dois meses, o que gerava um alto custo de viagens para um baixo volume de vendas. Para tentar solucionar esse problema, em 2001 foram colocados pontos fixos em algumas comunidades, contudo a falta de gestão foi um fator que atrapalhou bastante a comercialização.

---

<sup>14</sup>Os regatões eram atravessadores ambulantes, eles colocavam as mercadorias industrializadas no barco para levar para vender nas comunidades e também compravam as mercadorias produzidas nas comunidades. Muitos regatões no começo trocavam mercadorias e depois de alguns anos começaram a aceitar dinheiro nessa comercialização. A mesma cesta de produtos que é comprada hoje através do CRCS por 51 reais custaria 100 reais com o comércio via regatão.

## GERAÇÃO DE RENDA COM SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO JURUÁ

Antonio Adevaldo e Eude Monteiro Santiago

Assim sendo, o Sr. Adevaldo destacou que, entre erros e acertos, a partir de todo esse aprendizado, a ASPROC constituiu, em 2008 e 2009, o Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário (CRCS)<sup>15</sup>, que é o modelo de sucesso existente até os dias de hoje. No início deste modelo, atuaram no projeto o Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>16</sup>, a Petrobras e a Fundação Banco do Brasil<sup>17</sup>.

De modo a operacionalizar a comercialização, foram construídos doze pontos fixos de vendas em comunidades estratégicas, os quais são chamados de cantinas comunitárias. Segundo o palestrante, a posição estratégica das cantinas permitiram que cada comunitário estivesse a no máximo uma hora de um ponto fixo de vendas, tornando o comércio acessível para todos. Além disso, outra medida implementada em 2009 que ajudou na logística do CRCS, foi a construção de um sistema de radiofonia com painel solar implantado, os quais foram instalados nas cantinas comunitárias e na sede da ASPROC.

Atualmente o CRCS utiliza dois barcos, os quais, em média, levam de 12 a 15 dias para fazer o percurso de ida e volta na região, passando por 52 comunidades<sup>19</sup> e possibilitando a comercialização de 500 toneladas de produtos<sup>20</sup> por ano, além de também auxiliar no transporte de pessoas entre as comunidades.

Por fim, o Sr. Adevaldo destacou que, ao longo dos 10 anos de atuação do CRCS, o volume e o valor comercializado aumentaram muito, um total de cerca de 11 milhões de reais foram comercializados e o poder de compra dos ribeirinhos dobrou, pois foi possível a compra de produtos a preços mais baixo e a venda a preços mais altos, o que não era possível quando o comércio era realizado via Regatão. Ademais, o CRCS foi além do comércio, viabilizando uma série de políticas públicas associadas a ASPROC.

<sup>15</sup>O palestrante destacou que o primeiro dinheiro utilizado como capital de giro para comprar a primeira produção para o CRCS foi conquistado por meio de empréstimos captados por 18 comunitários associados a ASPROC. Os empréstimos totalizaram um valor de 38 mil reais e foram captados por pessoas físicas pois, na época, associação não podia captar empréstimo.

<sup>16</sup>O palestrante destacou que, em 2009, o MMA contribuiu por meio do programa dos Corredores Ecológicos da Amazônia, que possibilitou a capacitação de muitos comunitários e auxiliou no custeio de muitas viagens dos barcos.

<sup>17</sup>O palestrante destacou que a Petrobrás e a Fundação Banco do Brasil contribuíram para custear as viagens, os barcos e o trabalho das pessoas que atuavam nas cantinas comunitárias.

<sup>18</sup>Segundo o palestrante, as cantinas comunitárias atendem os comunitários, em média, três vezes por semana e a compra da mercadoria é feita a cada dois meses em Manaus.

<sup>19</sup>Segundo o palestrante, no total se beneficiam do CRCS 600 famílias, correspondendo a cerca de 3000 mil pessoas de 55 comunidades diferentes.

<sup>20</sup>A maioria dos produtos produzidos pelas pessoas nas comunidades são vendidos em Carauari, mas alguns produtos também são vendidos em Manaus, como é o caso da farinha.

# GERAÇÃO DE RENDA COM SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO JURUÁ

Antonio Adevaldo e Eude Monteiro Santiago

## Eude Monteiro Santiago e Antonio Adevaldo: O manejo do pirarucu

Os Srs. Eude Monteiro e Antonio Adevaldo dedicam-se em sua fala a explicar as etapas de produção que envolvem o processo de manejo sustentável do pirarucu. Segundo eles, o processo de manejo sustentável do pirarucu compreende desde a etapa da organização comunitária até o estabelecimento das quantidades que serão destinadas para o manejo e para a preservação da espécie.

A etapa da organização comunitária inclui as ações de vigilância e de proteção dos ambientes dos peixes, as quais são muito importantes para mitigar conflitos causados por pessoas que não respeitam esse tipo de prática sustentável e praticam pesca ilegal. Após a organização da vigilância e da proteção, acontece a etapa de contagem audiovisual da espécie, que resulta na identificação dos peixes adultos e dos peixes jovens da espécie do pirarucu. Na etapa posterior, com base na contagem, é feita a elaboração do relatório que será enviado para o IBAMA, órgão que determina uma quota do pirarucu que é permitido pescar.

Após o IBAMA determinar a quota<sup>21</sup>, ocorre a etapa de organização para a prática da pesca do pirarucu, em que são decididas algumas questões sobre esta atividade, tais como para quem o pirarucu será vendido, se a comunidade precisa de alguns recursos para cumprir com todas as etapas do processo produtivo ou se estão faltando materiais. Em seguida, a pesca do pirarucu é realizada, etapa em que a comunidade se mobiliza, de forma conjunta, motivo pelo qual, conforme destacado pelos palestrantes, a cota de pirarucu para a pesca é da comunidade, e não de uma família apenas.

O maior custo de produção com relação à todas as etapas apresentadas é direcionado para a realização da vigilância e da proteção do pirarucu, o qual representa cerca de 60% no valor total de produção do pirarucu<sup>22</sup>. Nesse sentido, os palestrantes destacaram que essa é uma atividade muito importante de preservação de todo ecossistema da região e que, infelizmente, os comunitários envolvidos nesta atividade e sofrem constantes ameaças.

Os palestrantes também destacaram o fato de que o manejo do pirarucu é uma atividade que acontece em outras regiões do estado do Amazonas, as quais, inclusive, iniciaram o manejo antes dos ribeirinhos da região do Médio Juruá. No entanto, mesmo tendo iniciado o manejo depois, os comunitários do TMJ conseguem um preço acima daquele pago pelo pirarucu manejado em outras regiões<sup>23</sup>. Os palestrantes afirmaram que isso ocorre devido à organização e as práticas de coletividade e solidariedade aplicadas pelos manejadores, bem como ao processo histórico de comercialização que ofereceu um grande aprendizado para que eles buscassem sempre aperfeiçoar a produção.

<sup>21</sup>De acordo com Antonio Adevaldo, 2019, o IBAMA determina uma cota de pirarucu para a pesca que deve ser feita do período de julho a novembro. Ainda de acordo com Antonio Adevaldo, 2019, o pirarucu é um alimento muito perecível e precisa ser comercializado rapidamente após a pesca.

## GERAÇÃO DE RENDA COM SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO JURUÁ

Antonio Adevaldo e Eude Monteiro Santiago

. Além disso, apontaram algumas medidas da ASPROC que também ajudam na diferenciação e valorização da produção, tais como a realização de feiras para a promoção do produto, os investimentos em infraestrutura para permitir que o peixe já seja processado em consonância com as normas sanitárias, a construção de estruturas de evisceração dos peixe e de câmaras frigoríficas em Carauari, bem como a contratação de veterinários.

No final da palestra, os Srs. Eudi e Adevaldo, destacaram, ainda, alguns desafios e necessidades da ASPROC no âmbito da cadeia produtiva do pirarucu, quais sejam: *(i)* necessidade de investimentos em infraestrutura, principalmente sanitária e de logística de escoamento da produção, o que será atendido, em parte, pelo PMJ; *(ii)* o fortalecimento das relações entre áreas produtoras, de modo que seja possível praticar vendas coletivas em maior escala; *(iii)* o estímulo a realização dos acordos de preços mínimos e *(iv)* o acesso a novos mercados, que reconheçam os custos de produção e comercialização do manejo do pirarucu e estejam dispostos a pagar mais por um produto diferenciado. Nesse sentido, destacaram que a busca por soluções para atender a essas necessidades e melhorar a vida dos comunitários é o principal fator de motivação para a continuação do trabalho da ASPROC.

---

<sup>22</sup>Segundo o palestrante, dentro desse custo estão embutidos o tempo das pessoas que fazem a proteção e o combustível utilizado para a vigilância. As outras organizações locais, como a AMARU e a CODAEMJ, muitas vezes também ajudam a custear essa etapa.

<sup>23</sup>Segundo os palestrantes, os comunitários do TMJ entregaram o pirarucu em Carauari, na sede da ASPROC, e recebem cerca de 6,50 reais pelo quilo do pirarucu, o que representa um valor acima do que é pago em outras regiões, que corresponde a 4,30 reais.

<sup>24</sup>Segundo os palestrantes, essa estrutura possibilitou a relação com outras áreas de manejo de pirarucu. Por exemplo, em 2018 a ASPROC produziu 62 toneladas de pirarucu, mas comercializou um volume de 152 toneladas.

<sup>25</sup>Segundo os palestrantes, já existe um projeto de lei hoje tramitando no Senado Federal que visa a garantir o preço mínimo do pirarucu.

## CADEIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE: ÓLEOS VEGETAIS

Edervan Vieira e Sebastião Feitosa

. Os senhores Edervan e Sebastião palestraram sobre a atuação da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (CODAEMJ) e destacaram durante a palestra, o processo histórico de constituição da organização, aspectos da situação da cadeia produtiva dos óleos das sementes, o processo de construção da parceria com o povo Deni e os desafios e perspectivas futuras da organização. Conforme exposto na palestra, a CODAEMJ tem como objetivo viabilizar a comercialização e a produção agroextrativista do Médio Juruá, garantindo geração de renda para os comunitários por meio de práticas sustentáveis e também contribuindo para o fortalecimento da região.

A CODAEMJ<sup>26</sup> foi criada, no ano 2000, por meio de um projeto<sup>27</sup> da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), para produção de biocombustível através do óleo de andiroba, na comunidade do Roque. No entanto, depois de muitas dificuldades para desenvolver o trabalho, a comunidade optou dar ênfase à produção dos óleos visando a venda para o mercado de cosméticos. Atualmente<sup>28</sup>, a CODAEMJ representa cerca de 500 famílias, sendo aproximadamente 6.000 pessoas beneficiadas todos os anos, e possui 370 cooperados.

Os palestrantes destacaram que a CODAEMJ se inspira no modelo de gestão da ASPROC e que os principais parceiros da cooperativa são: ASPROC, AMARU, Jovens Protagonistas, ASMAMJ, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Memorial Chico Mendes, o ICMBio, a Operação Amazônia Nativa (OPAN), a Natura e a Fundação Banco do Brasil. A área de atuação que a cooperativa alcança é de cerca de 918.949 hectares, que inclui a Resex, a RSD Uacari, o entorno das duas Unidades de Conservação, envolvendo, ainda, a cidade de Itamarati e cerca de mais 6 comunidades em comparação a área de atuação da ASPROC.

Com relação à área de atuação da CODAEMJ, os palestrantes ressaltaram, principalmente, a atuação na terra do povo indígena Deni, por meio de uma parceria, intermediada pela OPAN, que ocorre desde 2018. No âmbito desta parceria, a CODAEMJ faz a compra de sementes, como a andiroba, o murumuru e a ucuuba, do povo Deni. O senhor Edervan afirmou que a parceria com os Deni é um resultado do projeto Arapaima da OPAN, o qual possui como um dos objetivos promover a inclusão desse povo nas cadeias produtivas do pirarucu e também dos óleos vegetais. No escopo do projeto Arapaima, a ASPROC realizou a prestação de uma assistência técnica para as cadeias produtivas do povo Deni

<sup>26</sup> Os palestrantes ressaltaram que antes da CODAEMJ se constituída, no período de 2001 a 2003, a ASPROC fez uma comercialização dos óleos . Nessa época a comunidade fazia o trabalho manualmente e a ASPROC se responsabilizava pela comercialização da produção, esse era o modo tradicional.

<sup>27</sup> De acordo com o senhor Sebastião, no contexto original do projeto a comunidade teria que juntar a andiroba, produzir o óleo e testar em um motor para gerar energia para a comunidade.

<sup>28</sup> Em 2016 eram 30 associados, de acordo com os palestrantes.

---

## CADEIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE: ÓLEOS VEGETAIS

---

Edervan Vieira e Sebastião Feitosa

Esta assistência envolveu um trabalho de três anos na Terra Indígena Deni para fazer a mobilização e o inventário da área produtiva, o que foi essencial para viabilizar a comercialização.

No que se refere aos desafios institucionais, os palestrantes destacaram alguns fatores, tais como, a qualidade na produção, a sustentabilidade financeira, a busca por novos mercados e também a agregação de valor. No que tange à agregação de valor, a solidariedade foi apontada como um grande diferencial da região, valor este que deve ser comunicado por meio de uma possível marca coletiva ou indicação geográfica da CODAEMJ, o que contribuiria para a agregação de valor do produto.

No final da apresentação, foram apontadas algumas questões que encarecem a produção – como, por exemplo, a complexidade logística<sup>29</sup> e os impostos – e apresentadas as perspectivas futuras, quais sejam, a consolidação da cadeia dos óleos vegetais, o maior engajamento de jovens e o aprimoramento da gestão.

---

<sup>29</sup>No que se refere à complexidade logística, foi citado como exemplo o período de seca do Rio Juruá, que ocorre a partir de maio, e aumenta as dificuldades para a entrada e saída dos produtos.

## GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS: MÉDIO JURUÁ

Renato Rodrigues

O senhor Renato Rodrigues palestrou sobre o trabalho da OPAN no território do Médio Juruá, na região da Terra Indígena (TI) Deni, o qual envolve, dentre outros fatores, a inserção desse povo nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade. O palestrante deu ênfase a atuação da OPAN, aos aspectos culturais, a gestão do território indígena e a relação entre esses aspectos e o manejo dos produtos da sociobiodiversidade. Nesse sentido, destacou que a OPAN, em sua atuação, atribui muita importância para a gestão integrada das terras indígenas, respeitando as particularidades culturais e históricas desses povos, pois as terras indígenas estão inseridas dentro de um contexto regional amplo e diverso.

Conforme exposto, a OPAN é uma organização que assessora os povos indígenas em diversos aspectos, especialmente nos processos de gestão territorial, tendo sido fundada em 1969, em Cuiabá, a partir de uma filosofia de trabalho baseada na convivência com os povos indígenas na aldeia. A OPAN tem entre os seus objetivos a busca pelo fortalecimento do protagonismo indígena, com um foco regional de atuação, pensando sempre na valorização cultural, nos modos de organização social e nas práticas tradicionais dos povos, atuando de forma autônoma e sustentável.

Em seguida, o palestrante destacou os três eixos estratégicos de atuação da OPAN em 2019, são eles: (i) Gestão Territorial; (ii) Organização Indígena e (iii) Direitos, Política Indigenista e Informação a Sociedade. No eixo da Gestão Territorial, pontuou que a OPAN trabalha dentro das terras indígenas por meio dos processos de construção dos planos de gestão territorial e ambiental e, no eixo da Organização Indígena, explicou que o trabalho é realizado com ênfase ao associativismo, o qual constitui uma ferramenta da OPAN que está cada vez mais sendo utilizada pelos povos indígenas.

Atualmente, conforme exposto pelo palestrante, a área de atuação da OPAN se concentra nos estados do Mato Grosso<sup>30</sup> e do Amazonas, tendo sido enfatizada a atuação recente<sup>31</sup> da organização no estado do Amazonas, por meio do trabalho com as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, entendido pela OPAN como uma ferramenta de gestão territorial que promove autonomia financeira para os povos indígenas.

Especificamente com relação ao estado do Amazonas<sup>32</sup>, o trabalho da OPAN se concentra na região do Médio Juruá, com o povo indígena Deni, e na região do sul do Amazonas, perto do município de Lábrea. Foi apresentado que as ações da OPAN nos territórios indígenas na região do Médio Juruá atualmente se concentram na terra indígena Deni do Rio Xeruã, a qual está incluída na Terra Indígena Deni.

---

<sup>30</sup>De acordo com o senhor Renato Rodrigues, No Mato Grosso o trabalho acontece em duas regiões e envolve diversos povos indígenas, na região do São Felix do Araguaia o trabalho envolve o povo Xavante e na região de Brasnorte o trabalho envolve uma diversidade maior de povos indígenas.

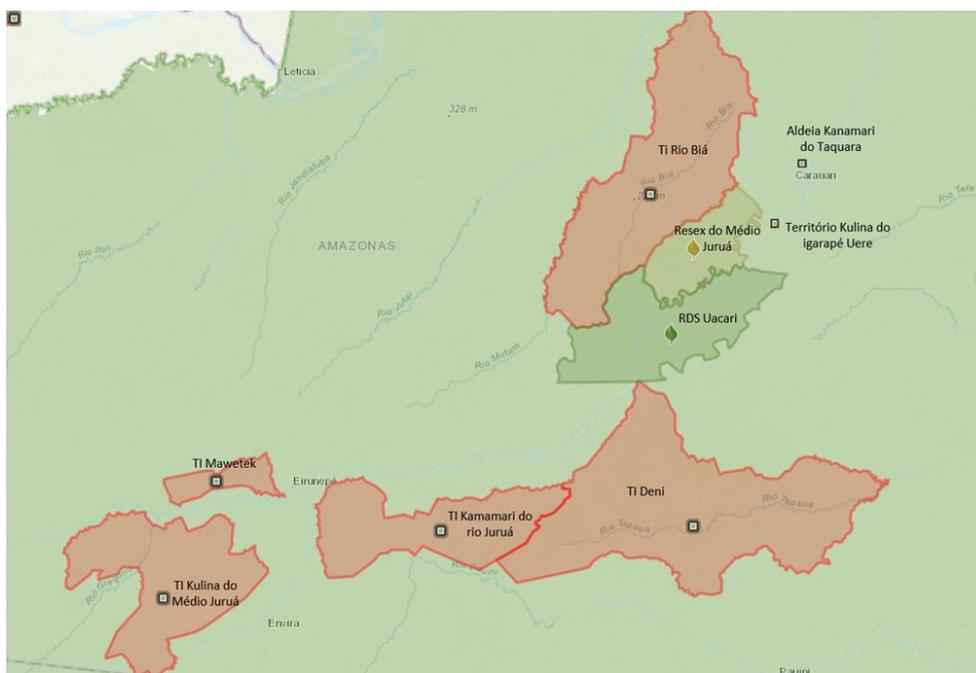
<sup>31</sup>Foi exposto que no estado do Amazonas aconteceu um ciclo muito forte de demarcação de terras indígenas a partir dos anos 2000, no qual a OPAN conseguiu contribuir bastante e que o foco atual do trabalho é a implementação dos planos de gestão dessas terras indígenas

## GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS: MÉDIO JURUÁ

Renato Rodrigues

Este território foi homologado<sup>33</sup> em 2004 e possui uma área de 1531 hectares, dentro do qual vivem cerca de 830 indígenas, segundo dados de 2016 da OPAN. A Terra Indígena Deni pode ser observada na figura abaixo:

Figura 2 - Territórios Indígenas no Médio Juruá



Fonte: OPAN, 2019

Conforme exposto pelo palestrante, a grande diversidade dos povos<sup>34</sup> e das culturas<sup>35</sup> que compõem a região do Médio Juruá gera impacto nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

<sup>32</sup>O senhor Renato Rodrigues afirmou que nessa região o trabalho envolve o povo Apurinã, com o povo Jamamadi e outros que estão na região como em Jutaí com o povo Katukina. No estado do Amazonas a OPAN também está começando um trabalho na região do Rio Madeira.

<sup>33</sup>O palestrante expôs que partir da homologação da Terra Indígena Deni, os indígenas se apropriam do discurso socioambiental entendendo que isso é uma forma de assegurar o próprio território construindo também novas formas de gestão.

<sup>34</sup>Dentre os povos que compõem a região do Médio Juruá, estão o povo indígena Deni da Terra Indígena Deni, o povo indígena Kanamari da Terra Indígena Kanamari e o povo Kanamari da Terra indígena Mawetek e da Terra Indígena Kulina. Além desses povos, nas áreas mais próximas da RDS Uacari e da Resex, encontra-se o território indígena Kulina do Igarapé Uere, que ainda não foi reconhecido pelo estado, e, na cidade de Carauari, a Aldeia indígena Kanamari do Taquara. Com relação a Terra Indígena Biá do povo indígena Katukina, o senhor Renato Rodrigues destaca que, apesar de estarem próximos, eles não tem uma interação grande.

## GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS: MÉDIO JURUÁ

Renato Rodrigues

Essa conjuntura está ligada a terra e ao manejo dos recursos. Nesse aspecto, citou o exemplo de que alguns povos entendem que são as partes do corpo da mulher, que deram origem a roça, sendo a mandioca os braços, o que significaria que o corpo dos próprios indígenas estão espalhados pela terra. Essa relação, de acordo com o palestrante, explica o motivo da importância de entender a questão da propriedade dos territórios indígenas a partir da perspectiva dos direitos coletivos, e não da propriedade privada.

Sobre a experiência com o povo Deni, o palestrante destacou a elaboração do Plano de Gestão das terras indígenas<sup>36</sup>, cuja duração foi de três anos, e que resultou na (i) identificação das demandas de manejo de produtos da sociobiodiversidade, como, por exemplo, o pirarucu e as sementes e (ii) verificação de que as áreas mais ameaçadas são as que têm o acesso mais facilitado e que possuem a maior abundância de recursos.

Ainda sobre a experiência com o povo Deni, o palestrante também destacou as atividades que envolvem o manejo do pirarucu e das sementes. No que tange o manejo do pirarucu, enfatizou a vigilância, que ocorre desde 2004, e a contagem do peixe, que ocorre desde 2009, salientando que, no início, o processo de inclusão dos indígenas nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade não foi fácil, pois o povo Deni não tinha muita intimidade com a pesca. Recentemente, no ano de 2017, após diversas ponderações sobre a questão, o povo Deni optou por se envolver na etapa da pesca do pirarucu, tendo sido decidido por eles que o dinheiro arrecadado com essa atividade seria depositado na conta da Associação dos Deni, de modo que, posteriormente, decidissem onde investiriam o recurso.

Assim como ressaltado pelo Sr. Adevaldo em sua palestra, o Sr. Renato comentou sobre o impacto do custo da atividade de vigilância no custo total de produção do pirarucu pelo povo Deni, correspondendo também a cerca de 57% do custo total, sendo necessário uma maior valorização e mitigação de custos desses serviços ambientais que são prestados. Com relação ao manejo das sementes, o palestrante explicou que ele ocorre em uma área de 400 hectares e que não há um fluxo certo e pré-determinado de sementes coletadas, visto que o ritmo da coleta está sendo estabelecido pelos indígenas de forma gradativa, de modo que esta atividade se adapte às suas práticas e cultura.

---

<sup>35</sup>No que se refere a questão cultural, destacam-se duas famílias linguísticas em que os povos se dividem na região, que são, a família linguística Katukina, pertencente ao do povo Kanamari, e a família linguística Arawa, pertencente ao povo Deni e ao povo Kulina. O palestrante expôs que essas comunidades indígenas juntaram-se para formar o que nós chamamos de etnia e que antes esses povos eram unidades autônomas. Nesse sentido, o povo da etnia Deni é composto por vários subgrupos que possuíam pequenas diferenças de linguagens, mas que se juntaram para tentar sobreviver.

<sup>36</sup>Segundo informado pelo palestrante, o período de elaboração de Plano de Gestão de terras indígenas são mais longos do que os de Unidades de Conservação. Isso porque, os planos de gestão de Terras Indígenas são acordos realizados entre os povos, então o processo precisa ser longo para que esses povos consigam fazer os acordos considerando questões como o aumento populacional e as ameaças externas.

---

## GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS: MÉDIO JURUÁ

---

Renato Rodrigues

Além disso, destacou o papel fundamental dos arranjos produtivos locais e das organizações locais em viabilizar as atividades de manejo. Nesse aspecto, citou como exemplo a ASPROC, que tem uma expertise na comercialização do pirarucu e ajuda os Deni nesse processo, bem como a CODAEMJ, que, da mesma forma, auxilia no manejo das sementes. Ademais, salientou também o apoio do Fundo Amazônia para a atuação da OPAN no trabalho de estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Ao final da palestra, foram expostas quatro questões no que tange aos aprendizados e aos desafios da inserção do povo Deni no manejo do pirarucu e das sementes, bem como da estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade em territórios indígenas. A primeira delas foi o direito ao território, que se encontra muito ameaçado e, sem que ele esteja devidamente protegido, nenhuma das atividades seria possível. A segunda questão foi relacionada necessidade de valorização do histórico e das estratégias tradicionais de gestão territorial, as quais viabilizam o manejo dos produtos oriundos da sociobiodiversidade e também permitem a valorização dos produtos em si. A terceira questão foi sobre a necessidade do fortalecimento de parcerias em escala local, principalmente tendo em vista as dificuldades logísticas da região da Amazônia, e a quarta e última questão foi sobre a importância de ações de capacitação, para possibilitar o empoderamento da diversidade de todos os elos das cadeias produtivas.

# INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CONHECIMENTO TRADICIONAL

Alexandre Guimarães Vasconcellos

## Indicação geográfica: Uma possibilidade para o reconhecimento e valorização de comunidades e conhecimentos tradicionais a partir de seus produtos?

O Sr. Alexandre Vasconcellos, professor e pesquisador da Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), iniciou a palestra demonstrando de forma exemplificativa a diferença da Indicação Geográfica (IG) para os demais ativos de Propriedade Intelectual (PI)<sup>37</sup>. Em seguida, dedicou-se à conceituar o instituto da IG que, conforme ensinado, trata-se de um sinal distintivo de uso coletivo que relaciona um produto ou serviço a um determinado local, possuindo duas espécies, a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem.

Nesse sentido, a IG pode identificar a origem de produtos ou serviços quando (i) o local tenha se tornado conhecido - Indicação de Procedência (IP) - ou (ii) determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deva ao meio geográfico - Denominação de Origem (DO). Além disso, foram abordados detalhes sobre os requisitos para o pedido de registro e para a confecção do caderno de especificações técnicas da IG que deve acompanhar esse pedido<sup>38</sup>.

A principal questão debatida pelo professor Alexandre, objetivo de sua palestra, foi a relação entre o conhecimento tradicional e a IG, tendo sido expostas as seguintes conclusões:

(a) A IG protege apenas o nome geográfico, e não o conhecimento tradicional em si;

(b) O caderno de especificações da IG pode conter conhecimento tradicional codificado, pois pode indicar a tipicidade do produto, seu modo de confecção e a relação com a localidade. Assim, essa materialização pode facilitar a perda do controle desse conhecimento tradicional. Em contrapartida, se a exploração da IG for exitosa, pode gerar diversos benefícios (agregar valor aos produtos, maior acesso à outros mercados, atrair outras gerações para produção, atrair investimentos, entre outros) que contribuirão para o aperfeiçoamento e propagação do conhecimento tradicional;

(c) O conhecimento tradicional em uma IG precisaria ser adequado ao comércio, necessitando adaptações em termos de escala de produção (uso de práticas industriais), de atendimento à legislação (sanitária, por exemplo) e ao consumidor, o que nem sempre é fácil<sup>39</sup>;

<sup>37</sup>A marca, por exemplo, é um sinal distintivo visualmente perceptível que designa a origem comercial de um produto, diferenciando-o os demais. Já a patente, está relacionada com invenções (que obedeçam os requisitos de novidade, atividade inventiva e reprodução industrial) e o seu registro confere o direito de uso exclusivo para o titular explorar sua invenção comercialmente.

<sup>38</sup>Para mais detalhes, veja a Instrução Normativa nº 95/2018 do INPI (em vigor desde 03 de março de 2019).

## INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CONHECIMENTO TRADICIONAL

Alexandre Guimarães Vasconcellos

Também foram levantados alguns questionamentos com relação à adequação do conhecimento tradicional para os moldes de um “negócio” e até que ponto isso seria benéfico ou necessário para a sua preservação.

Por fim, foi apresentado o caso concreto da IP de Maués e da DO da terra indígena Andirá-Maraú, em que vive a população indígena Sateré-Mawé, ambas relacionadas ao guaraná. Este caso foi escolhido pelo professor por ter sido o primeiro caso de pedido de reconhecimento de IG feito por uma população indígena. Conforme explicado, o pedido de IG contemplou todo o município de Maués, que tornou-se conhecido pela produção do guaraná, e foi depositado junto ao INPI, em 2015, pela Associação dos Produtores de Guaraná.

Em 2016, quando o pedido de reconhecimento foi publicado para manifestação de terceiros, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CSPM), do qual fazem parte lideranças da tribo, protocolou petição se opondo à esta IG. Considerando que a terra indígena Andirá-Maraú está dentro da delimitação territorial do município de Maués estando, portanto, englobada nesta IG, os indígenas não concordaram com esse pedido, uma vez que possuem métodos de produção diferentes daqueles utilizados pelos Requerentes.

Os principais argumentos defendidos por eles foi no sentido de que o caderno de especificações técnicas apresentado pela Requerente ofendia o CSPM, pois incentivava práticas como a utilização de agrotóxicos, afrontando os valores religiosos e éticos que fundamentam a identidade étnica do povo indígena Sateré-Mawé e que, além disso, havia uma lacuna na identificação dos produtos assinalados pela IP Maués, os quais são apenas mencionados indiretamente.

Assim, as lideranças Seteré-Mawé se expressaram categoricamente contra a inclusão das terras indígenas na delimitação da área de abrangência da IP Maués, alegando, ainda, que a inclusão da terra indígena foi realizada sem consulta prévia à organização indígena. O CSPM propôs, então, três possibilidades de modificação: *(i)* a flexibilização do caderno de especificações, incluindo práticas alternativas de produção, como a produção orgânica e agroecológica; *(ii)* a restrição da área delimitada para abranger apenas os locais onde estão efetivamente os produtores que concordam com a atual proposta; e *(iii)* a revisão da área delimitada para a IP Maués, excluindo, completamente, a área da Terra Indígena Andirá-Maraú.

Em contestação à manifestação do CSPM, a Associação dos Produtores de Guaraná decidiu por excluir a terra Indígena Andirá-Maraú da delimitação geográfica da IP Maués, além de responder sobre os questionamentos feitos com relação à descrição dos produtos, trazendo um parecer de um técnico agrônomo. Assim, em janeiro de 2018, foi concedido pelo INPI o reconhecimento da IP Maués.

<sup>39</sup>O exemplo citado pelo Sr. Alexandre foi o da IG das Paneileras de Goiabeiras, que enfrentaram problemas como a falta de conhecimento sobre gestão e negócios, a dependência de recursos externos e a adequação de produção manual à uma maior escala.

---

## INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CONHECIMENTO TRADICIONAL

---

Alexandre Guimarães Vasconcellos

O interessante deste caso, conforme apontado pelo professor Alexandre, foi que a população indígena Sateré-Mawé se posicionou contra a concessão da IP Maués, reafirmando sua governança e autonomia cultural, social, política e econômica, tendo, inclusive, em 2016 depositado pedido junto ao INPI de reconhecimento da DO Terra Indígena Andirá-Maraú, figurando como produto o Guaraná em pó, pães de guaraná (bastão) e o casquilho de guaraná. Sobre a delimitação geográfica da DO, esta consiste na área demarcada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e por duas áreas adjacentes tradicionalmente ocupadas pela etnia Sateré-Mawé. Atualmente, o pedido ainda aguarda concessão, sendo que, em fevereiro de 2019, foi publicada exigência pelo INPI.

---

## THE GLOBAL SOUTH AND (HYBRID) SOCIAL ENTERPRISES

---

Diane Holt

A Sra. Diane Holt, professora e pesquisadora da Universidade de Essex, palestrou sobre o tema dos empreendimentos sociais e híbridos e estruturou uma argumentação que dedicou-se a apresentação do nascimento do conceito dos empreendimentos sociais e da exposição das ideias existentes para definir esses empreendimentos. Também foram apresentadas questões sobre as finalidades dos empreendimentos, a necessidade das escolhas que as pessoas que trabalham com esses empreendimentos precisam fazer e, por fim, foi exposto ideias sobre empresas não lucrativas.

Os negócios de empreendimentos sociais nasce por meio de uma visão ocidental, que entende que esses empreendimentos não iriam lucrar, no entanto, a Sra. Diane afirmou que não há nada de errado com um empreendimento social que não lucra. Nesse sentido, foi destacado que o desafio é o fato de que a sociedade costuma utilizar e separar os conceitos de forma categorizada, sem misturar os critérios de análise, o que faz com que esses conceitos sejam reduzidos apenas aquela definição imposta. No entanto, ao categorizar os conceito é possível verificar semelhanças e diferenças entre eles.

Com relação à categorização dos empreendimentos sociais, a professora Diane relatou muitos dos lugares em que trabalhou na África têm modelos de empreendimentos sociais que são diferentes dos modelos que existem na Inglaterra. Da mesma forma, muitas das organizações em que os membros presentes no evento trabalham e atuam em conjunto, não se encaixam dentro das categorizações construídas de empreendimentos sociais, visto que, conforme exemplificado, cada local possui particularidades que influenciam nesses modelos.

Conforme destacado pela Sra. Diane, o conceito clássico de empreendimentos sociais são um tipo de empresa que não deveriam auferir lucro e não deveriam compartilhar esses lucros com a comunidade em que atuam. Nesse sentido, os empreendimentos sociais deveriam ter uma forma especial de governança e caso aconteça uma situação de falência, os ativos desses empreendimentos deveriam ser utilizados para fins ambientais e sociais.

Para contrastar com a visão clássica de empreendimentos sociais, a professora Diane Holt questionou: o que deveria ser feito, então, quando um empreendimento social comunitário, uma fundação de uma cooperativa, ou uma ONG atingir uma baixa margem de lucro? A resposta foi que, quando esses casos acontecem, significa que esses empreendimentos não são empreendimentos sociais, mas sim modelos de empreendimentos/empresas híbridas, os quais são considerados mais inclusivos pela professora.

Na apresentação foram destacados três critérios para definir se uma organização é um empreendimento social ou uma empresa híbrida. O primeiro critério é verificar se essa organização tem como foco principal um propósito social ou ambiental, o segundo critério é examinar se alguma parte da receita ou do lucro da organização provém dos próprios negócios e o terceiro critério é apurar se a finalidade da organização é obter lucro, ou se o lucro é um meio para que a organização possa funcionar.

---

## THE GLOBAL SOUTH AND (HYBRID) SOCIAL ENTERPRISES

---

Diane Holt

De acordo com a Sra. Diane, alguns especialistas acreditam que a condição para que os empreendimentos sociais sejam considerados como empresa híbrida é de que 50% dos lucros auferidos sejam oriundos dos próprios negócios. No entanto, a palestrante apontou casos de empreendimentos sociais, que existem há vinte anos, e que ainda não conseguem alcançar 50% de lucros oriundos dos próprios negócios. Tais empreendimentos, sobrevivem de doações e financiamentos, alcançando uma margem de lucro que varia de 10% a 23% e, mesmo assim, são por ela considerados empresas híbridas.

Um dos possíveis motivos para desenvolver um conceito fechado de empreendimentos sociais, conforme pontuado pela palestrante, é facilitar que o consumidor identifique uma razão para comprar o produto, assim como ocorre com empresas que utilizam o selo de comércio justo (*fair trade*) ou os certificados orgânicos. Dessa forma, os consumidores poderiam identificar os produtos dos empreendimentos sociais como produtos diferenciados e teriam uma razão para consumi-los.

Com relação ao funcionamento das empresas híbridas, a professora Diane mostrou um diagrama sobre como ela entende que as empresas híbridas funcionam. Como demonstrado, algumas empresas podem ter como foco a área social ou então a ambiental, enquanto que outras empresas comerciais têm como foco e missão o lucro. A principal questão é que há uma necessidade em decidir se o maior objetivo do empreendimento está na área social ou na área ambiental, porque muitas vezes bons resultados na esfera ambiental podem gerar resultados sociais negativos.

No que se refere aos impactos sociais ou ambientais que as empresas híbridas podem gerar, tendo em vista que os clientes serão os mesmos, a professora Diane destacou dois pontos que devem ser considerados, quais sejam: (i) sempre quando há a atuação de uma empresa social ou ambiental é preciso ter consciência de que haverá impactos negativos também e (ii) se o objetivo da empresa híbrida for criar um valor social, então também será necessário possuir um planejamento sobre como reduzir os impactos ambientais negativos, enquanto que, as empresas híbridas com foco na área ambiental, precisam ter um planejamento de redução de impactos sociais.

Para melhor explicar o segundo ponto, a professora Diane usou um exemplo sobre a venda de mangas, em que, na metade de uma produção de manga, a empresa híbrida pagou um valor justo para os trabalhadores (impacto social positivo), enquanto que, a outra metade da produção, foi totalmente orgânica e com melhores práticas ambientais (impacto ambiental positivo). Assim sendo, a Sra. Diane perguntou, com a condição de que não poderia escolher ambos, qual seria, então, a melhor opção, *i.e.*, impacto social positivo ou impacto ambiental positivo? Em seguida, expôs que essa situação representa o que ela chama do bom versus a boa escolha.

Com base no exemplo exposto, os consumidores teriam acesso a um produto mais barato ou a um produto que respeitasse as boas práticas sociais e ambientais. Essa situação é considerada pela Sra. Diane como um dilema entre o bom e o bom. No entanto, a palestrante afirmou não possuir uma resposta e, portanto, ressaltou a necessidade de refletir e debater sobre este dilema.

---

## THE GLOBAL SOUTH AND (HYBRID) SOCIAL ENTERPRISES

---

Diane Holt

Ao final da palestra, a Sra. Diane discorreu sobre empresas sem fins lucrativos. A argumentação ocorreu por meio de um exemplo sobre o caso da produção da semente do Murumuru por uma empresa sem fins lucrativos, que comercializa com a Natura. No exemplo exposto, a Natura coloca um preço fixo para pagar pela produção do Murumuru e a empresa sem fins lucrativos tem o objetivo de poder pagar uma renda justa para seus produtores. No entanto, isso é muito difícil em uma situação que o preço da produção já está fixado pela Natura

Sendo assim, a empresa sem fins lucrativos precisa, então, ter algum lucro para alcançar uma segurança com as atividades da cadeia produtiva. Esse lucro seria o chamado lucro operacional, que deve corresponder a uma margem entre 5% e 10% do valor arrecadado pela empresa. Conforme destacado pela professora Diane, para conseguir essa margem de lucro operacional, existem duas possíveis soluções. A primeira delas é fazer com que as despesas correntes da empresa sem fins lucrativos diminuam e a segunda é a necessidade de renegociar o preço fixo pago pela Natura.

Desse modo, a palestrante destaca que a empresa sem fins lucrativos poderia depositar o lucro operacional em um fundo com o objetivo de fazer esses recursos renderem para que fossem reinvestidos na cadeia produtiva, ou para que fossem utilizados em casos de emergência. No entanto, esse é um grande desafio para empresas sem fins lucrativos.

---

## DISCUSSÕES E APRESENTAÇÕES DOS TRÊS GRUPOS TEMÁTICOS

---

No segundo dia do evento, 04.05.2019, os participantes foram incentivados a formar grupos de debate sobre três grandes temas: (i) Exportações do Pirarucu Manejado; (ii) Conhecimento Tradicional, Propriedade Intelectual e Indicação Geográfica; e (iii) Modelos de Empreendimentos de Base Comunitária e a Relação com Mercado e Atividades de Manejo Sustentável.

Após as discussões em grupo, os participantes se reuniram para uma mesa-redonda, em que um relator de cada grupo compartilhou os principais tópicos de discussão, de modo que os grupos puderam, de forma integrada, trocar informações, contribuindo para a construção da apresentação final de cada grupo, que foi realizada no dia seguinte, 05.05.2019.

Assim sendo, estão resumidos abaixo os principais pontos das apresentações de cada grupo, bem como conclusões e questionamentos sobre os desafios levantados ao longo do evento, com relação aos três grandes temas selecionados.

### **Grupo 1 - Exportação do Pirarucu manejado**

No contexto do grupo 1 - composto por -Antonio Adevaldo, Daniel Oliveira, Eudi Monteiro, Luiza Lessa, Silvia Pinheiro e Wildinei Maia - objetivou-se discutir a viabilidade e os desafios enfrentados pela ASPROC para a exportação do pirarucu do Médio Juruá. O principal ponto de debate foram os altos custos dos serviços de conservação ambiental prestados pelos ribeirinhos do Médio Juruá, tendo em vista a ausência estatal na prestação dos serviços sociais e ambientais na região.

O alto custo dos serviço ambiental, gera grandes impactos no preço final do peixe, uma vez que, no caso da cadeia produtiva do pirarucu, o monitoramento dos lagos realizado pelos comunitários correspondente por cerca de 60% do custo da produção, conforme informado pelo Sr. Adevaldo. Assim sendo, a ASPROC já vem buscando estratégias para solucionar esse problema, como, por exemplo, viabilizar a exportação do produto e a adoção de uma marca coletiva, de modo que que seja possível remunerar de forma justa e adequada os seus produtores.

A atividade da exportação poderia considerada como uma possível forma de acessar outros mercados que estejam dispostos a pagar mais caro por um produto diferenciado. Outra estratégia pensada para agregar mais valor ao produto e facilitar o acesso à novos mercados, foi a possibilidade de depositar no INPI um pedido de reconhecimento de indicação geográfica da região como produtora de pirarucu ou um pedido de registro de marca coletiva para o peixe.

## DISCUSSÕES E APRESENTAÇÕES DOS TRÊS GRUPOS TEMÁTICOS

Os comunitários optaram pelo registro de uma marca coletiva – após negarem o convite feito pelo Instituto Mamirauá de incluírem a região do Médio Juruá, que fica dentro de Mamirauá, na delimitação territorial do pedido de IG que estava sendo preparado para depósito no INPI, reconhecendo a região de Mamirauá pelo manejo do pirarucu –, reproduzida abaixo:

Figura 3 – Marca Coletiva da ASPROC



Fonte: ASPROC, 2019

No entanto, o grupo concluiu que, em que pesem os crescentes esforços e progressos feitos pela ASPROC, os comunitários ainda enfrentam grandes desafios no que tange ao acesso a novos mercados e a exportação. Algumas possíveis soluções comentadas relacionam-se (i) ao mapeamento de novos mercados e busca por clientes que estejam dispostos a pagar pelos custos ambientais envolvidos na produção; (ii) ao aperfeiçoamento da comunicação com os clientes, que deve ser baseada na transparência com relação aos serviços sociais e ambientais envolvidos nas etapas da produção e com relação aos riscos do negócios; (iii) à formulação de estratégias para estabelecer uma relação de confiança com o consumidor final, de modo que seja possível a identificação do diferencial do pirarucu do Médio Juruá, mesmo quando vendido por meio dos clientes que os comunitários já possuem; (iv) à identificação e engajamento de defensores socioambientais na cadeia de produção do pirarucu, como forma de mitigar os altos custos dos serviços ambientais prestados, no custo final da produção e (v) a qualificação real e completa do custo total de produção do peixe.

### **Grupo 2 - Conhecimento Tradicional, Propriedade Intelectual e Indicação Geográfica**

No âmbito do grupo 2 – composto pelos membros Alexandre Vasconcellos, Isabella Estabile, Maíra Borges, Sebastião Feitosa, Silvana Macedo e Quilvilene Figueiredo – objetivou-se discutir a relação entre os produtos oriundos do conhecimento tradicional das cadeias da sociobiodiversidade da região do Médio Juruá e os ativos de Propriedade Intelectual, em especial a Indicação Geográfica e a Marca Coletiva.

## DISCUSSÕES E APRESENTAÇÕES DOS TRÊS GRUPOS TEMÁTICOS

O grupo inicialmente apresentou as principais atividades oriundas de práticas tradicionais que estão em andamento na região, a produção de óleos (andiroba, ucuuba e murumuru) e o manejo sustentável do pirarucu. Em seguida, foram apresentadas as atividades com potencial para serem exploradas, ou melhor desenvolvidas, na região, notadamente o investimento no manejo madeireiro (madeira morta/caída); o investimento no manejo sustentável de jacarés e quelônios; o aproveitamento das vísceras do Pirarucu e das tortas do murumuru para a produção de ração para quelônios; a diversificação da produção de óleos e a criação de um produto final para esta cadeia produtiva; o aproveitamento das escamas do pirarucu para a produção de artesanato/biojóias e a pesca do peixe de barreira.

Posteriormente, foram apontados alguns desafios enfrentados pelos comunitários na comercialização dos produtos oriundos de conhecimento tradicional, principalmente o pirarucu e os óleos, bem como o papel da propriedade intelectual como possível ferramenta de mitigação de algumas dessas dificuldades. As principais questões levantadas foram:

- a) Como melhorar a qualidade dos produtos? (Ex. equipamentos para diminuir o tempo de secagem da Andiroba)
- b) Como diversificar a produção? E como possuir capital suficiente para isso?
- c) Como agregar valor aos produtos? E, principalmente, como comunicar o valor e a identidade local, de modo a alcançar consumidores interessados nesse produto diferenciado?
- d) Como desenvolver uma estratégia de diferenciação do produto no mercado? Principalmente no caso do pirarucu.
- e) Considerando que o monitoramento dos lagos realizado pelos comunitários, no manejo sustentável do pirarucu, corresponde à quase 60% do custo de produção do peixe, quais atores teriam interesse nesse serviço ambiental prestado por eles? Como mitigar esse custo?
- f) Como diversificar as parcerias?

Nesse sentido, a marca coletiva e a indicação geográfica foram os ativos de propriedade intelectual destacados pelo grupo como de maior potencial para ajudar na solução dos desafios acima elencados, uma vez que são institutos coletivos capazes de contribuir com a agregação de valor e a diferenciação do produto, para que o mesmo atinja consumidores e mercados diferenciados.

## DISCUSSÕES E APRESENTAÇÕES DOS TRÊS GRUPOS TEMÁTICOS

A indicação geográfica poderia, ainda, dentre outros benefícios, conferir uma proteção ao nome geográfico da região, podendo atrair investimentos, facilitando o alcance de novos mercados e, até mesmo, fomentando o turismo ecológico.

Com relação à indicação geográfica, tendo em vista a vocação regional da região para a produção de óleos (realizado pela CODAEMJ em parceria com a ASPROC) oriundos de um saber fazer ancestral e tradicional das mulheres dessa localidade, esta atividade destacou-se como possível para um pedido de reconhecimento de IG da região como produtora de óleos. Já com relação à marca coletiva, destacaram-se os recentes esforços da ASPROC na criação e depósito no INPI de uma marca coletiva para o pirarucu.

Por fim, foi evidenciada a necessidade de criar estratégias para que esses ativos comuniquem os valores coletivos e socioambientais compartilhados pelos comunitários. Assim, a marca coletiva e a indicação geográfica poderiam, de fato, ser um mecanismo de agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade do Médio Juruá, contribuindo, inclusive, com a conservação ambiental da região, já que apresentam-se como uma forma de mitigar e dividir esses custos com o consumidor.

### **Grupo 3 - Modelos de Empreendimentos de Base Comunitária e a Relação com Mercado e as Atividades de Manejo Sustentável**

O grupo temático número três - composto pelos senhores Renato Rodrigues, Paulo Adelino, Edervan Vieira e Tiago Jacaúna - teve como objetivo os modelos de empreendimentos de base comunitária e a relação com o mercado e as atividades de Manejo Sustentável. Dentro do objetivo do grupo, as discussões foram focadas em quatro questões: (i) o manejo adaptativo; (ii) a importância de agregar valor às cadeias de produção e as áreas de manejo; (iii) as atividades de conservação ambiental como a vigilância dos ambientes, que é feita por comunitários e povos indígenas e (iv) a busca por mercados que valorizem a produção sustentável.

No que se refere ao manejo adaptativo, o grupo destacou a importância de buscar grandes capacitações em quatro áreas principais: boas práticas de manejo, *marketing* e mercado voltado para jovens, pesquisas sobre questões climáticas e formação política, histórica e de cidadania. Uma formação mais técnica nas áreas de boas práticas de manejo e de *marketing* voltado para jovens possibilitaria um entendimento maior para mais pessoas da comunidade sobre o próprio negócio que estão inseridos na região, diminuindo a necessidade no longo prazo de contratar pessoas de fora da região para trabalhar nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Além disso, os jovens poderiam ter mais atuação com o desenvolvimento de trabalhos na área do *marketing*.

---

## DISCUSSÕES E APRESENTAÇÕES DOS TRÊS GRUPOS TEMÁTICOS

---

No que se refere às pesquisas sobre questões climáticas, o desenvolvimento desse trabalho seria importante para dar maior previsibilidade sobre as variações do clima que impactam as cadeias produtivas. A formação política, histórica e de cidadania possibilitaria que mais pessoas da região absorvessem a experiência e a vivência da constituição de organizações locais, como a ASPROC e a CODAEMJ, principalmente no que tange ao engajamento dos jovens. Tal fato fortaleceria o próprio entendimento sobre as boas práticas socioambientais das cadeias produtivas, sobre a legislação socioambiental e sobre a importância do território.

Sobre a segunda questão abordada pelo grupo, a importância de agregar valor às cadeias de produção e as áreas de manejo, foi ressaltado a necessidade de elaborar um plano de negócio, ajudando os próprios comunitários que trabalham nas cadeias produtivas a entender a dinâmica do negócio que eles estão inseridos. No que envolve essa questão, também foi apontado a demanda de promover uma diversificação dos produtos trabalhados pelas cadeias produtivas e a aplicação de tecnologia nos processos produtivos, pois isso facilitaria o desenvolvimento de novos produtos para viabilizar uma geração de renda maior. Nesse mesmo escopo, foi destacado pelo grupo que poderia ser estudado o potencial de atuar com novas formas de trabalho, como, por exemplo, com a prática da piscicultura. Além disso, o trabalho na manutenção e no aprofundamento das redes é importante para promover a troca das boas práticas dos negócios das cadeias da sociobiodiversidade.

A terceira questão, sobre a vigilância territorial, envolve dois pontos destacados pelo grupo, que são, a possibilidade de alternativas tecnológicas e a redução de custos. Nesse sentido, a utilização de tecnologias, como o uso de drones, para fazer a proteção e o monitoramento das áreas, poderia ser uma estratégia positiva para reduzir a exposição dos comunitários e indígenas que praticam esta atividade aos riscos, bem como reduzir os próprios custos. Por fim, a quarta questão apresentada pelo grupo foi sobre os mercados e se refere a necessidade de buscar consumidores que valorizem os produtos das cadeias produtivas da sociobiodiversidade dos empreendimentos da região, que respeitam as boas práticas ambientais.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No final do evento, o último debate, realizado em sequência das apresentações dos três grupos temáticos, trouxeram questões que fomentaram muitas reflexões e discussões entre os participantes. Além disso, durante este debate, a professora Silvia Pinheiro resgatou alguns dos pontos mais comentados durante todo o evento. Sendo assim, destacamos abaixo os oito principais elementos que foram expostos:

1) Importância de promover a valorização da história da criação das organizações locais, da origem e do direito assegurado do território, bem como das estratégias tradicionais de gestão territorial;

2) Necessidade de gerar incentivos para o desenvolvimento de capacitações em diversas áreas, como, por exemplo, de conscientização e educação histórica e política da constituição do território e das cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

3) Importância de promover e criar incentivos destinados a atrair os jovens para atuar nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

4) Importância da utilização de instrumentos como a Marca Coletiva e IG, os quais possuem potencial para viabilizar a comunicação dos valores da região;

5) Necessidade de buscar novos mercados que valorizem mais os produtos das cadeias da sociobiodiversidade e reconheçam as práticas desenvolvidas na operacionalização das cadeias, como é o caso dos serviços ambientais prestados na região;

6) Necessidade de diversificar os produtos das cadeias da sociobiodiversidade;

7) Importância do fortalecimento das parcerias para as práticas de manejo;

8) Necessidade de investir em novas alternativas tecnológicas;

A valorização da história da criação das organizações locais, da origem e do direito assegurado do território, bem como das estratégias tradicionais de gestão territorial foi destacada como um dos elementos basilares para a viabilidade de qualquer atividade na região. Essa valorização possibilita que os indivíduos do Médio Juruá, principalmente as gerações mais jovens, possam trabalhar em consonância com as próprias concepções e com a expertise adquiridas, bem como para que admirem suas conquistas históricas.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Com relação a demanda para a geração de incentivos para o desenvolvimento de capacitações, em diversas áreas é possível destacar que ela se pauta na necessidade de desenvolver, ampliar e aprimorar os conhecimentos técnicos dos comunitários e dos indígenas sobre a gestão dos territórios, bem como no que diz respeito aos empreendimentos que trabalham com o manejo de produtos, como o pirarucu e os óleos vegetais. As próprias capacitações foram apontadas como uma possível ferramenta que poderia incentivar os jovens a atuar nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade

No que se refere ao potencial para utilização de instrumentos como a marca coletiva e IG, destaca-se que esses ativos de propriedade intelectual poderiam ser um meio de valorizar os produtos que são comercializados pelas organizações locais, como a ASPROC e a CODAEMJ. Tais instrumentos poderiam facilitar o acesso a novos mercados e transmissão para os consumidores dos valores que existem na região do Médio Juruá, como o da solidariedade e a conservação ambiental.

Na mesma linha, encontra-se a necessidade de buscar novos mercados que valorizem mais os produtos das cadeias da sociobiodiversidade, pois muitas das atividades prestadas nessas cadeias produtivas são serviços ambientais essenciais para a conservação da biodiversidade no planeta. Tais serviços ajudam também na conservação da floresta e, atualmente, são custeados integralmente pelos indígenas e comunitários, com o apoio de algumas organizações.

Por fim, destaca-se que os elementos que envolvem a necessidade da diversificação dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade, do fortalecimento das parcerias para as práticas do manejo e de investimentos em novas alternativas tecnológicas, foram apresentados como importantes e necessários devido à diversos aspectos como, por exemplo, a complexidade logística que a região do Médio Juruá exige para operacionalização das cadeias produtivas. Além disso, foi aventada a possibilidade de realizar estudos sobre a viabilidade de trabalhar com piscicultura, de investir no desenvolvimento de novos produtos a partir das vísceras do pirarucu e das cascas das sementes, bem como de refletir sobre a utilização de novas tecnologias nas cadeias produtivas.